



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DE ACOMPANHAMENTO
DE PROJETOS

PROJETO SecLinkPlus

(Sistema de Informação Criminal do Ministério Público)



FUNDO
PARA A SEGURANÇA
INTERNA



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA



União Europeia



MINISTÉRIO
PÚBLICO
PORTUGAL

Designação: **SecLinkPlus**

Cofinanciamento: **Fundo de Segurança Interna (FSI)**

Objetivo geral: **Reforço das capacidades de obtenção e partilha de informação criminal, através da implementação de mecanismos de segurança nos dados tratados no SIC-MP e na sua comunicação a outras entidades.**

Data de início: **16-09-2019**

Data final: **30-09-2020**

Investimento elegível (final): **504.992,00€**

Financiamento (FSI) (final) **378.744,00€**

Direção do Projeto: **Procurador-Geral Adjunto Dr. Boaventura Costa,
Consultor da Procuradora-Geral da República**



Gestor do projeto: **José Esteves**, coordenador adjunto do Gabinete de Acompanhamento de Projetos e do Gabinete de Coordenação dos Sistemas de Informação

Descrição geral:

O projeto visou assegurar no ambiente do SIC-MP (Sistema de Informação Criminal do MP, desenvolvido também com apoio do FSI) o tratamento, de forma segura, da informação e da comunicação de dados ao MP, decorrentes da aplicação da Lei 83/2017. Visou ainda contribuir para o cumprimento dos novos deveres legais impostos pela transposição da Diretiva EU 2016/680, intervindo logo desde a sua conceção e permitir ao SIC-MP a recolha e gestão dos dados e a sustentar a segurança da informação resultante da plataforma AEC.

Na componente Hardware do projeto foram adquiridos 3 Balanceadores (mais um do que o previsto, pelos motivos indicados *infra*), 2 Firewall e 1 “Storage”.

Durante a execução do projeto foi ainda possível concretizar o reforço da segurança física da sua estrutura informática, criando um segundo “datacenter”. Esta duplicação física das instalações – criando um segundo “datacenter” que funciona como um sistema de recuperação de desastres – visa, de acordo com as melhores práticas internacionais de segurança, assegurar a integridade dos sistemas informáticos da PGR em caso de



catástrofe que afete a estrutura física, como sejam inundações, terremotos, incêndios, danos intencionais, etc.

Para assegurar a gestão do tráfego neste segundo “datacenter”, tendo em conta o aumento de carga causada pelo SIC-MP, foi considerado tecnicamente aconselhável instalar um Balanceador próprio, mantendo-se os dois outros balanceadores no “datacenter” principal.

Na vertente aplicacional, o desenvolvimento foi segmentado de forma a criar 3 áreas de atuação, correspondendo a cada um dos módulos previstos:

- a) **Gestão de Identidades e Acessos, denominado de Janus:** disponibiliza uma camada de segurança no sistema que pretende validar a identidade de um utilizador, indicando o que este pode ou não aceder, e no caso de poder aceder, com que permissões.
- b) **Auditoria e Controlo, denominado de Argus:** permite aos utilizadores com permissões de acesso a funcionalidades de auditoria, poder auditar as ações de utilizadores com as várias aplicações do ecossistema do SIC-MP.
- c) **Segurança:** o sistema foi dotado de melhorias para garantir a aplicação das melhores práticas de segurança, considerando a sensibilidade dos dados tratados no sistema de informação do Ministério Público.